



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº12/2025**

Período: 19/04/2025 a 25/04/2025

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Em entrevista, deputado federal Aécio Neves avaliou a importância de militares na transição democrática
- 2- Ministro das Relações Exteriores comentou sobre a utilização de aeronave da FAB para transporte de asilados diplomáticos
- 3- Indígenas cobraram a criação da Comissão da Verdade pelos crimes cometidos contra povos originários durante a ditadura militar
- 4- Pesquisadores afirmaram que o emprego da anistia ao longo da história serviu para camuflar violências
- 5- Veto de acúmulo de adicionais por militares deve economizar cerca de R\$3 bilhões ao ano
- 6- Chefe do Estado-Maior do Exército comentou, em entrevista, o orçamento da Defesa
- 7- Internado em hospital, Bolsonaro recebe intimação do STF sobre o processo da trama golpista

### 1- Em entrevista, deputado federal Aécio Neves avaliou a importância de militares na transição democrática

Em entrevista ao periódico *Correio Braziliense*, o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) comentou sobre o papel de Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército entre 1985 e 1990, na consolidação da transição democrática, além de destacar a importância de Tancredo Neves nesse momento e os desafios da política hoje em dia. Quando questionado sobre como definiria o general Leônidas Pires Gonçalves, Aécio Neves afirmou se tratar de um democrata nas Forças Armadas, o qual obtinha autoridade em relação ao campo militar e possuiu grande importância para a etapa final do processo de transição democrática, que na avaliação de Neves esteve sob ameaça desde a candidatura de Tancredo Neves, em 1984, até a posse de Sarney, em 1985. De acordo com Aécio Neves, Tancredo Neves, um dia antes de sua posse, assinou os atos de nomeação do ministério levando em conta a possibilidade do presidente João Figueiredo (1979-1985) não empossar Sarney. A partir do momento em que se evidenciou que Tancredo Neves não poderia tomar posse em razão da condição enferma, o general Walter Pires, até então ministro do Exército, comunicou Gonçalves de que estaria retornando ao cargo. Entretanto, conforme relatado por Neves, o chefe da Casa Civil do governo Figueiredo, ministro João Leitão de Abreu, informou a Pires a saída do posto para que o

novo ministro ocupasse o cargo. Indagado sobre o tratamento dado aos militares na atualidade, Aécio Neves lembrou a situação na qual, como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, questionou Walter Braga Netto, durante depoimento na referida Comissão, se ele não temeria que o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) resultasse em fracasso. Naquele momento, Braga Netto negou, afirmando serem poucos os militares radicalizados. O entrevistado também declarou que a demasiada participação de militares no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro impactou negativamente as Forças Armadas, apontando que não é favorável à proibição da atuação política de militares; porém, avalia que quando isso ocorre de maneira intensa, os prejuízos são inevitáveis. Neves salientou a nomeação de um civil para o Ministério da Defesa no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e mencionou o trabalho do atual ministro da Defesa, José Mucio Monteiro. Por fim, Neves afirmou que se vivo estivesse, seu avô, Tancredo Neves, estaria indignado com a maneira com que a política tem sido tratada de maneira “rasa, radical e desprovida de um projeto nacional”. (Correio Braziliense – Política – 19/04/25)

## 2- Ministro das Relações Exteriores comentou sobre a utilização de aeronave da FAB para transporte de asilados diplomáticos

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o atual ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, declarou estar preparado para tecer considerações ao Congresso Nacional sobre o uso de aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) em operação de resgate à ex-primeira dama peruana, Nadine Heredia Alarcón, e seu filho. Em entrevista à CNN, o ministro Mauro Vieira afirmou que, em razão do Brasil conceder asilo diplomático a Heredia e a seu filho, é de responsabilidade do país que acolhe fornecer o devido transporte, porém os meios marítimos e terrestres eram inviáveis pelas distâncias e dificuldades. Em vista disso e da não disponibilidade de voos comerciais para a região, optou-se por utilizar um avião da FAB para realizar a ação, uma vez que o momento impunha medidas de segurança necessárias. De acordo com o jornal, o pedido de asilo diplomático, baseado na Convenção de Caracas de 1954, foi solicitado na Embaixada do Brasil em Lima por Nadine Heredia e, segundo o Itamaraty, foi recebido e aceito pela instituição. No dia 15/04/2025, os dois chegaram ao país. Vieira ainda garantiu a estabilidade nas relações diplomáticas entre Brasil e Peru, visto que o próprio governo peruano concedeu o salvo-conduto para a partida, em conformidade com o artigo XII da convenção, da qual ambos os países são signatários. Ademais, conforme o periódico *Folha de S. Paulo*, em entrevista à Globo News, Mauro Vieira declarou que a decisão de conceder o asilo foi também por razão humanitária, uma vez que o filho, menor de idade, estaria em posição de desproteção porque sua mãe está em recuperação de uma cirurgia e seu pai, o ex-presidente Ollanta Moisés Humala, está preso. Além disso, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva foi notificado da resolução. Os jornais mencionaram que, no dia 15/04/2024, tanto a ex-primeira dama quanto o ex-presidente peruano foram condenados a 15 anos de prisão pela Justiça do Peru por lavagem de dinheiro no caso de aportes ilegais da empresa brasileira Odebrecht e da Venezuela para as campanhas políticas de Humala, e acusados de ocultação de fundos por uso de dinheiro da Odebrecht para compra de imóveis. Segundo o advogado do ex-presidente

Humala, tais aportes da Venezuela, em 2006, e da empresa Odebrecht, em 2011, não foram comprovados. A *Folha* informou que o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS) solicitou à Procuradoria Geral da República a avaliação da legitimidade e a anulação do asilo diplomático à ex-primeira dama peruana. (*Correio Braziliense* – Política – 19/04/25; *Folha de S. Paulo* – Mundo – 19/04/25)

### 3- Indígenas cobraram a criação da Comissão da Verdade pelos crimes cometidos contra povos originários durante a ditadura militar

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Acampamento Terra Livre (ATL) realizado em abril de 2025, considerado o maior evento de mobilização dos povos indígenas brasileiros, retornou o debate sobre a responsabilização de militares pela repressão e perseguição dos povos originários no período ditatorial (1964-1985). Segundo as lideranças do movimento, essa questão tem relação direta com a batalha pela demarcação dos territórios, presente na Constituição de 1988. O *Correio* esclareceu que, ainda em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva planejava para 2024 a instalação da Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV), através do Ministério dos Povos Indígenas, sob a gestão da ministra Sônia Guajajara. Entretanto, o plano não foi realizado. O objetivo da CNIV era aprimorar a justiça de transição, pois mesmo depois da redemocratização, os povos indígenas continuam a sofrer por conta dos garimpos ilegais, madeireiras clandestinas e do agronegócio. Para o jornal, o líder indígena Ailton Krenak afirmou que para a implementação da comissão é necessário entender a realidade e o contexto político atual, e que ela deve ocorrer com recursos públicos e com as funções e metas bem estabelecidas oficialmente. Segundo Krenak, os erros em relação à demarcação de terras estão relacionados à posse ilegal dessas áreas por militares durante o período da ditadura, obrigando os povos originários a constituírem o regime nacional sem os seus direitos originários. O jornal também teve acesso ao líder Edson Kayapó, professor de história do Instituto Federal da Bahia (IFBA), que afirmou que a corrupção e violência contra os povos indígenas foram financiadas por meio dos serviços dos governos militares. O líder e professor lembrou sobre o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que foi extinto em 1967 e denunciado no Relatório Figueiredo, no qual constam os relatos de todas as violências cometidas pelo SPI. A Fundação dos Povos Indígenas (Funai) foi quem assumiu o papel como agência de tutela, e na avaliação de Kayapó, continuou a praticar a mesma violência. Para o professor é importante dar um protagonismo indígena na criação de uma comissão da verdade, pois ao longo da história quem produzia o conhecimento sobre os povos eram pessoas brancas que não tinham aproximação e diálogo com as etnias; portanto, em sua avaliação, na linha de frente para coordenar a criação da comissão devem estar as lideranças e especialistas indígenas. Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, durante o período investigado (1946-1988), cerca de 8.350 indígenas foram mortos. O documento também revelou os planos dos governos militares que levaram a tomadas das áreas indígenas. Segundo Ailton Krenak, foi criado um laboratório da ditadura militar em sua aldeia em Minas Gerais, como um "ensaio para ditadura", em que indígenas eram militarizados mediante um regime de quartel na aldeia, assim criando policiais que iriam compor a Guarda Rural Indígenas (Grin). Indígenas de diversas etnias que desobedeciam a SPI

eram enviados para lá. De acordo com Krenak, Manoel dos Santos Pinheiros, conhecido por Capitão Pinheiro, fez esse ensaio com a intenção de criar uma milícia indígena por meio do Estado. Mais tarde, o local viria a ser conhecido como Reformatório Krenak. (Correio Braziliense – Brasil – 20/04/25)

#### 4- Pesquisadores afirmaram que o emprego da anistia ao longo da história serviu para camuflar violências

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, uma pesquisa realizada pela Agência do Senado no acervo do Congresso Nacional revela que o recurso da anistia já foi utilizado cerca de 80 vezes ao longo do tempo, inclusive durante a Independência do país (1822), a Revolta da Chibata (1910) e o fim do Estado Novo (1945). Segundo os especialistas, o frequente emprego do perdão está relacionado à dificuldade da população de enfrentar crises e punir os envolvidos, seguindo uma tendência pacífica. O professor de Ciências Sociais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Paulo Ramirez, apontou que "Uma anistia agora mostraria que é possível tentar dar um golpe e nada acontecer". Em sua visão, o processo de perdão está relacionado ao conceito de cordialidade, assim como o desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra "Raízes do Brasil", publicada em 1936. Nela, a palavra cordialidade é utilizada para criticar o traço de comportamento do brasileiro de disfarçar a violência cotidiana com uma atitude afetuosa. Tanto que o especialista relembrou que o processo de redemocratização foi conservador, pois a Lei de Anistia, promulgada em 1979 no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), que possibilitou a volta dos exilados políticos ao país, também se estendeu aos militares que cometeram crimes durante a ditadura e fez com que nunca fossem punidos. Nesse sentido, o jornal destacou que a proposta de anistia bolsonarista na Câmara de Deputados é diferente, pois busca beneficiar apenas um grupo social. Segundo a pesquisadora Maria Clara Spada de Castro, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), permanece na história brasileira a dificuldade de estabelecer os limites entre os poderes democraticamente estabelecidos e os militares; e afirmou que "Esses limites não foram bem delimitados, e a Lei da Anistia, de 1979, nos atrapalhou muito nesse sentido.". (Folha de S. Paulo – Política – 20/04/25)

#### 5- Veto de acúmulo de adicionais por militares deve gerar economia de cerca de R\$3 bilhões ao ano aos cofres públicos

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Turma Nacional de Uniformização (TNU) do Conselho da Justiça Federal (CJF) decidiu, conforme os argumentos apontados pela Advocacia-Geral da União (AGU), que militares não podem receber adicionais de tempo de serviço (ATS) e compensação por disponibilidade militar (ACDM) ao mesmo tempo. Desta forma, é esperado que os cofres públicos economizem cerca de R\$3 bilhões ao ano. Dentre as determinações estabelecidas está que Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais de todo o país proibam o recebimento acumulado por parte de integrantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Em agosto de 2020, um decreto já impedia o acúmulo de dois adicionais, sendo assegurado ao militar ou pensionista do militar falecido o pagamento do adicional mais vantajoso; porém, houve membros das Forças que questionaram essa decisão. O argumento

utilizado era de que restringir a remuneração acumulada feria o princípio de irredutibilidade de vencimentos e direito adquirido. De acordo com o advogado da União, Luís Felipe Cabral Pacheco, essa decisão significaria uma economia nos recursos públicos para as Forças Armadas e contribuiria para a continuidade de suas missões institucionais mais relevantes. A AGU se apoiou em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2009, na qual havia sido decidido que o método de cálculo das gratificações não era incluído como um direito adquirido, como os militares exigiam. Para os magistrados, é possível haver mudanças no regime jurídico dos servidores que podem impactar o recebimento de adicionais, desde que seus salários base não sejam alterados. O jornal explicou que o adicional de compensação por disponibilidade militar é uma remuneração mensal dada ao militar por estar disponível de modo permanente e com dedicação exclusiva ao longo de toda a carreira. O benefício incide com diversos percentuais sobre o soldo e a depender do tipo de posto ou graduação, em caso de almirantes de esquadra, generais do Exército e tenentes-brigadeiros pode chegar até 41%. Os oficiais podem escolher o adicional a receber, julgando qual será mais benéfico. (O Estado de S. Paulo – Política – 20/04/25)

#### 6- Chefe do Estado-Maior do Exército comentou, em entrevista, o orçamento da Defesa

Em entrevista à repórter Monica Gugliano, do jornal *O Estado de S. Paulo*, o general Richard Nunes, chefe do Estado-Maior do Exército, criticou a imprevisibilidade no orçamento da força, que, segundo ele, impossibilita a continuação de projetos a longo prazo e a capacidade de defesa nacional, essencial no período atual de instabilidade internacional. Nunes também apoiou a aprovação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que destina 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para as Forças Armadas. Além disso, o general apontou a necessidade de atualização, compra e desenvolvimento de equipamentos, como drones, blindados e helicópteros. O general finalizou a entrevista reforçando a necessidade de ampliação do orçamento da Defesa, citando que “todo país que acha caro ter um Exército, ter Forças Armadas preparadas, sofre um grande risco: o de ter, efetivamente, Forças Armadas estrangeiras dentro do seu território”. (O Estado de S. Paulo - Política - 21/04/25)

#### 7- Internado em hospital, Bolsonaro recebe intimação do STF sobre o processo da trama golpista

Os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que, internado em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de Brasília, o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) foi oficialmente intimado para apresentar sua defesa no processo penal que o acusa de tentativa de golpe de estado em 2022, para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo os periódicos, Bolsonaro protestou contra a intimação, criticando o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e questionando a legalidade da notificação durante sua internação. Bolsonaro chegou a comparar a oficial de Justiça com agentes nazistas e alegou perseguição política, criticando severamente o ministro Moraes. (Correio

Braziliense - Política - 24/04/25; Folha de S. Paulo - Política - 24/02/25; O Estado de S. Paulo - Política - 24/04/25).

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Isabelle Costa

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação**

Brenda Rodrigues de Carvalho

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Julia Helena Esmeraldo

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Sala